

## Fábrica de Cimento Portland: Impactos Ambientais e Gestão de Conflitos Ambientalistas no Bairro América (1975-1984)\*

Valéria Maria Santana Oliveira & Maria Benedita Lima Pardo

*Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE, Brasil*

*valmasaol@yahoo.com.br*

*(Recebido em 30 de janeiro de 2007; aceito em 28 de setembro de 2007)*

---

O objetivo desta pesquisa é estudar os impactos ambientais provenientes da Fábrica de Cimento Portland – instalada em Aracaju em 1967 – e as ações dos moradores do bairro América para desativá-la, ocorridas entre 1975 e 1984. A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se na coleta de dados através de entrevistas com registros de gravação oral com antigos moradores do Bairro América e ex-funcionários da fábrica de cimento, como também, lideranças comunitárias e religiosas que atuaram no processo de organização da população local. Estão sendo coletados ainda, documentos de época para investigar a repercussão dos conflitos ocorridos no bairro, na busca de mais informações a respeito da atuação desses órgãos e do posicionamento da sociedade sobre o assunto. Esta pesquisa busca contribuir para o resgate da memória de um dos fatos de grande relevância para os estudos na área de História Ambiental de Sergipe.

Palavras-chave: movimentos sociais; impactos ambientais; conflitos sócio-ambientais; história ambiental

The purpose of this research is to study the coming environmental impacts of the *Cimentos Portland's* factory – installed on Aracaju at 1967 – and the actions of the America District residents' neighborhood to disable her, happened between 1975 and 1984. The methodology used in this research is based in the collection of data through interviews with registrations or oral recording with old residents of the America District and former-employees of the cement factory, as well as, community and religious leaderships that acted in the process of organization of the local population. They are still being collected, time documents to investigate the repercussion of the conflicts happened in the neighborhood, in the search of more information regarding the performance of those organs and of the positioning of the society on the subject. This research looks for contribute for the rescue of the memory of one of the facts of great relevance for the studies in the area of Environmental History of Sergipe.

Keywords: social movements; environmental impacts; conflicts partner; environmental history

---

As duas grandes guerras causaram grandes mudanças de valores, gerando reações contra a degradação ambiental que podem ser chamadas de “revolução ambiental” (CAMARGO, 2003, p. 44) dada a sua abrangência. Tal expansão acabou por se constituir num novo movimento social e histórico denominado movimento ecológico.

No Brasil, em 1934, é realizada a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, no Rio de Janeiro. Organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores, denunciava a devastação das florestas brasileiras e tinha como pauta a defesa dos monumentos naturais, ou seja, a fauna e a flora. Este evento contribuiu para a elaboração do Código Florestal de 1934 e influenciou na legislação referente ao patrimônio histórico e artístico nacional em 1937. Este fato denota a presença da preocupação ecológica na comunidade científica, o que na década de 1960 vai direcionar o foco de atenção para o modo de vida de uma forma geral. É a década da criação de diversas ONG's, em que dois eventos merecem destaque: a criação do Clube de Roma (importante na discussão dos problemas ambientais) e a expansão dos movimentos sociais, notadamente dos estudantes, voltados para assuntos ambientais.

Os anos 1970 foram marcados por três momentos relevantes. O primeiro deles foi a contribuição do Clube de Roma através do relatório “Os Limites do Desenvolvimento” que demonstrou as possíveis conseqüências que a exploração do meio ambiente pode trazer, defendendo para isso o crescimento zero que recebeu críticas por limitar as possibilidades de crescimento dos países pobres (BERNARDES e FERREIRA, 2003). O segundo momento foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (1972). Este

evento – resultante de apelos da Suécia por conta do desastre na Baía de Manamata – oficializou uma preocupação internacional sobre os problemas ambientais. E, finalmente, o surgimento da “ecologia profunda”, um misto de escola filosófica e movimento popular global, que introduziu uma nova maneira de perceber o mundo e os problemas ambientais. Corrente próxima do ecoanarquismo questionava se a sociedade precisa realmente consumir tantos recursos naturais. É nesta corrente que se inspira a ONG Greenpeace, maior organização ambiental do mundo, responsável em grande parte pela disseminação e popularização das questões ambientais (BERNARDES e FERREIRA, 2003).

Nos anos 1980 são criadas as leis para regulamentar a atividade industrial com relação à poluição. Exemplo disto foi a Convenção de Basiléia que estabeleceu regras para o movimento de resíduos entre fronteiras. Ainda neste decênio, em 1989, a Assembléia Geral da ONU confirma a realização de uma conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento no Brasil.

Esta conferência – conhecida como Rio 92, Eco 92 ou Cúpula da Terra – chamou a atenção do mundo para a necessidade de uma aliança entre os povos para uma sociedade sustentável. Nesta ocasião, entre outros documentos, foi aprovada a “Agenda 21”, um programa de trabalho para o século XXI voltado para o desenvolvimento e o meio ambiente do planeta. Uma espécie de manual para orientar as nações na transição para uma nova concepção de sociedade. As ONG’s reunidas comprometeram-se ainda, com a elaboração das Agendas 21 locais e regionais.

Para Bernardes e Ferreira (2003, p. 36):

A Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92) foi a grande marca da internacionalização definitiva da proteção ambiental e das questões ligadas ao desenvolvimento, criando elementos importantes como a Agenda 21 e o Fundo Global para o Meio Ambiente, do Banco Mundial.

Os anos 1990 foram marcados ainda pelo surgimento da gestão ambiental. Coelho (2001) afirma, ao se referir à gestão dos problemas ambientais urbanos, que é necessário que haja uma divisão de responsabilidades entre Estado e Sociedade nas decisões e execuções das políticas públicas. Segundo Cunha e Coelho (2003, p. 43) a necessidade de se rever as estratégias de gestão pública é resultado das políticas de controle e mitigação dos problemas ambientais. Os autores complementam:

A democratização dos processos de tomada de decisão, ampliação da participação da sociedade civil na resolução dos problemas ambientais e descentralização das atividades de monitoramento e fiscalização passaram a fundamentar modelos alternativos de gestão ambiental.

Jacobi (2003) aponta três fatores que contribuíram para que o tema do desenvolvimento econômico fosse incorporado ao discurso ambiental: o agravamento da crise econômica; a aproximação do movimento ambientalista com outros movimentos sociais e o relatório “Nosso Futuro Comum”. É nesse contexto que diversos países do mundo vão se voltar para a elaboração da “Carta da Terra”, com o objetivo de promover um diálogo mundial em torno da promoção de uma aliança global em respeito à Terra e à vida.

Percebemos, portanto, a partir deste breve histórico da formação dos movimentos ambientais, que a percepção das pessoas com relação à necessidade de preservação da natureza evoluiu gradativamente nos últimos 50 anos. Entretanto, se faz necessário considerar que dentre os diversos movimentos ambientalistas existem concepções distintas de natureza. Porto-Gonçalves (1989) chama a atenção para o fato de que, no Ocidente, predominam duas vertentes. À primeira delas pertencem aqueles que vêem a natureza como um ambiente de luta, de hostilidade, selvagem. Já a segunda, concebe uma visão romântica, entendendo a natureza como bondosa e harmônica, sendo o homem aquele que quebra o equilíbrio. A crítica que se faz a estas duas visões sobre a natureza é que em ambas o homem está fora dela. Esta ambigüidade, segundo o autor, se reproduz também entre os ecologistas.

Esta crítica é ratificada por Melo e Souza ao analisar as contradições existentes nas diversas visões de natureza. A influência da ruptura entre sociedade e natureza vai se fazer presente, portanto, no discurso da elaboração das práticas do ambientalismo brasileiro. Segundo a autora:

(...) houve um acirramento das contradições entre tais concepções e as formas de produção da vida social, base das formulações ideológicas do ambientalismo, ao longo do século XX com desdobramentos até os dias atuais (MELO e SOUZA, 2004, p. 109).

Através desta análise podemos compreender uma das raízes do distanciamento entre homem-natureza, o que traz como uma de suas possíveis conseqüências o fato de que muitos dos movimentos de caráter ambientalista só se efetivam diante de problemas que necessitem de soluções imediatas. Estas mobilizações somente vêm à tona em “situações urgentes, concretas e específicas” (CAMARGO, 2003, p. 62). Não há, normalmente, um contínuo engajamento em tais questões. A esse respeito, Bernardes e Ferreira destacam:

(...) a principal forma de ambientalismo é a mobilização de comunidades em defesa de seu espaço geográfico e contrárias à devastação do meio natural em nível local. Assim se organizam associações de moradores, naturalistas, cientistas, estudantes e outros grupos sociais, visando impedir a degradação de seus locais de moradia e trabalho (BERNARDES e FERREIRA, 2003, p. 32).

Em Sergipe temos um nítido exemplo das afirmações acima. Trata-se da mobilização dos moradores do Bairro América e adjacências contra a poluição causada pela Fábrica de Cimento Portland, na década de 1980.

A companhia de Cimento Portland de Sergipe, pertencente ao Grupo Votorantim, entrou em funcionamento em 1967 na rua Acre, próximo ao Bairro América. Quando da sua implantação, o bairro era um local afastado e considerado atrasado em comparação com o desenvolvimento de Aracaju. Fontes da época dão conta do descaso da administração pública quanto aos serviços básicos necessários àquela localidade, como: saneamento, habitação, saúde, educação e transporte (Cf. GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 18 set. 1971, p. 07).

Diante desta situação, de um bairro ainda pouco urbanizado e carente de infra-estrutura, a chegada da fábrica aumentou a oportunidade de emprego e renda para a população local que vivia numa situação de miséria.

No entanto, com o progressivo aumento da produção de cimento, e o crescimento demográfico na região, alguns problemas passaram a afetar os moradores do bairro. Diversas pessoas passaram a se queixar de problemas respiratórios e dermatológicos, além do visível incômodo causado por um pó branco que cobria as habitações e a vegetação.

No período de instalação da fábrica (década de 1960), na região que se encontrava depois da linha férrea – onde a mesma se localizava – o povoamento ainda era escasso. O Bairro América, devido à distância do Quadrado de Pirro, abrigava desde 1926 a Penitenciária Modelo, construída ali em substituição à Casa de Prisão localizada na praça General Valadão. A maioria dos habitantes daquela localidade eram parentes de detentos que vinham do interior do estado e até mesmo estados vizinhos que fixavam suas moradias em terrenos próximos ao presídio.

Na tentativa de buscar soluções para este problema é organizada em 1982 uma comissão composta por moradores do bairro. Na liderança, estava o então vigário da paróquia São Judas Tadeu, frei Florêncio Pecorari. Foi ainda, em meio a este cenário, que nasceu a AMABA (Associação de Moradores e Amigos do Bairro América) que tinha na questão da poluição uma de suas principais frentes reivindicatórias.

O salão paroquial passa então a ser palco de sucessivas reuniões com a comunidade. Era na Igreja São Judas Tadeu, nas missas dominicais e na comunhão, que a população buscava forças para resistir. Podemos assim afirmar que a fé funcionava como um elemento catalisador das lutas dos moradores do bairro, já que se configurava num estímulo a mais nos momentos de dificuldade, assim como em outros lugares. Montenegro (1994, p. 54), referindo-se ao movimento reivindicatório no bairro de Casa Amarela, em Recife, explica essa associação entre a religiosidade e as lutas locais. Segundo o autor:

A força cultural do sagrado é incorporada como elemento fundante de uma aliança que se acredita mais poderosa sob a vista dos santos (...). Ter a benção divina (Deus é justo, é nosso pai) é uma forma de enfrentar, de vencer o medo, a força, a violência (...)

Esta aproximação entre a Igreja Católica e as camadas populares não é um fato novo, é consequência das mudanças de orientação interna provenientes dos Concílios: Vaticano II (1965), Medellín (1968) e Puebla (1979) [FERNANDES, 1984]. Neles ficou consolidada a opção preferencial pelos pobres e a promoção das Comunidades Eclesiais de Base, o que segundo a antropóloga Marjo de Theije é uma forma de “manter uma posição influente na sociedade”. Segundo a autora, este tipo de catolicismo – mais voltado para os pobres – tem como objetivo influenciar a sociedade ao mesmo tempo em que promove sua conscientização. Despertar a consciência dos pobres tornou-se então a idéia principal da Igreja do Brasil naquele momento (THEIJE, 2002).

Não é demais lembrar que em 1983, ano em que as mobilizações reivindicatórias no bairro América estão no auge, o Brasil ainda convivía com as chagas da Ditadura. Uma vez que o regime militar havia castrado as vias de protesto popular, a Igreja tornou-se então o último reduto da oposição (LÖWY, 2000). É neste contexto que as CEB's vão ganhar força. É também em meio a estes fatos que o povo simples do bairro América, tendo como aliada a Igreja Católica, consegue se organizar em torno de um objetivo comum.

A mobilização ficou conhecida entre os antigos moradores como “a luta de Davi contra o gigante Golias”. Isto se devia ao fato de que nem as diversas notificações da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), nem as leis federais e estaduais sobre a poluição resolveram inicialmente o conflito.

Simplesmente fechar a fábrica também se constituiria em um problema, já que muitos dos operários eram moradores do próprio bairro. Sendo assim, para evitar o desemprego de tantos trabalhadores, a negociação dos membros da comissão junto à diretoria da empresa para a resolução do conflito se deu no sentido de transferir a fábrica de cimento para um local mais apropriado. A unidade da rua Acre só fecharia quando uma outra estivesse pronta, mantendo assim os operários empregados.

O movimento que num primeiro momento se deu em caráter local, ganhou a adesão de diversos setores da sociedade. Finalmente, em março de 1984, a Companhia de Cimento Portland de Sergipe é desativada, sendo substituída por uma nova unidade – a CIMESA – no município de Laranjeiras.

Com a emergência da Legislação Ambiental que entrava em vigor na década de 1980, e as constantes denúncias de problemas de saúde causados pela poluição e pelo mau uso dos filtros das chaminés, tornava-se menos oneroso para a Votorantim construir uma nova fábrica (em outro local e com tecnologia mais moderna) do que manter a unidade de Aracaju.

O novo empreendimento foi então instalado em local mais próximo ao da extração da matéria-prima – o calcário – que em Sergipe é abundante e de boa qualidade. Além disso, existe o aspecto da conjuntura econômica do país que naquele momento, passava por um processo de recessão que levou a um desaquecimento na indústria da construção civil, e conseqüentemente na produção de cimento (BRITTO, 1992).

A partir destes fatos é possível conjecturar que a desativação da fábrica de Aracaju sofreu uma influência decisiva da pressão exercida pela sociedade, como também de fatores econômicos que levaram a Votorantim a buscar soluções que aumentassem a lucratividade da fabricação de cimento por ela liderada no Estado.

As notícias que se tem sobre esse movimento são de fontes jornalísticas, publicações da Associação de Moradores, e de depoimentos orais. Considerando a importância do mesmo para a história de Aracaju, o presente trabalho propõe-se a analisar os impactos ambientais causados pelo funcionamento da Fábrica de Cimento Portland no Bairro América, as diversas manifestações populares dos moradores entre 1975 e 1984, além de sua possível influência sobre o fechamento da fábrica.

Impacto Ambiental é entendido nesta pesquisa como processo de mudanças sociais e ecológicas causado por uma nova ocupação, construção de uma usina, uma estrada ou uma indústria no ambiente. Para entendermos impactos ambientais como processo, se faz necessário conhecermos a história de sua produção e do modelo de desenvolvimento urbano (COELHO, 2001). É neste sentido que para a compreensão dos impactos produzidos pela fábrica de cimento, procuramos fazer inicialmente uma análise da noção de Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista as conseqüências positivas e negativas daquele empreendimento. Há que se

considerar também o fato de que, à época de sua implantação, não existia ainda uma legislação ambiental específica em vigor.

Camargo (2003) analisa as duas palavras que compõem o termo Desenvolvimento Sustentável. Por “desenvolvimento” a autora entende como sendo mais aceito o significado referente ao crescimento dos meios de produção e à idéia de progresso. Já a palavra “sustentável” é associada a capacidade de suporte no que diz respeito ao binômio recursos-população. Em conjunto com o termo “desenvolvimento” abriga em si uma dimensão de caráter técnico e naturalista, segundo a autora, insuficiente para tratar das complexas relações entre o homem e a natureza. Desenvolvimento Sustentável é, portanto, um termo ambíguo que tenta unir duas palavras que não se entrosam.

Apesar de apresentar falhas em seu conceito, a expressão desenvolvimento sustentável é amplamente difundida, mesmo não havendo consenso em torno da mesma. Considerado por alguns autores “complexo”, “controvertido”, ou até mesmo “sem sentido”, este novo paradigma é considerado por outros relevante no sentido de que é uma tentativa de conciliar o crescimento econômico com a necessidade da preservação do meio ambiente. A autora discute então a diversidade de concepções relacionadas ao termo, sinalizando a tendência de todas elas em direcionar as responsabilidades para o coletivo.

Camargo traz ainda, além das definições sobre desenvolvimento sustentável de diversos autores, aquelas apresentadas ao mundo através do relatório “Nosso Futuro Comum”. Segundo este documento o desenvolvimento sustentável é um processo através do qual o progresso humano se daria em harmonia com as necessidades das gerações futuras. Por fim, a autora apresenta a postura mais defendida, a de que a base do desenvolvimento sustentável consiste na coexistência, na coevolução e na interação dos seres humanos com as demais formas de vida. Para tanto, o grande desafio a ser superado é o de como concretizar estas idéias, aparentemente aceitas pela maioria. A autora conclui fazendo a crítica de que pouco se sabe sobre como promover o desenvolvimento sustentável e como torná-lo parte dos “planejamentos nacionais, regionais e locais” (CAMARGO, 2003, p. 76).

Leff (2001, p. 21) chama a atenção para o fato de que este conceito “não definiu um sentido teórico e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade”. Tal problema causou dissensões e contradições no discurso sobre o desenvolvimento sustentável, por consequência da oposição de interesses no que diz respeito à apropriação da natureza.

Gomes (1995) afirma que a preocupação com a sustentabilidade não deve restringir-se à esfera ambiental. Argumenta que a noção mais tradicional de desenvolvimento concilia o crescimento econômico com a idéia de equidade, ou seja, a difusão justa dos benefícios do crescimento entre a população.

De acordo com Almeida e Guerra (2001), o desenvolvimento sustentável é mais do que um compromisso entre crescimento econômico e ambiente físico. É necessário reconhecer na relação homem-natureza os processos históricos geradores das transformações do meio ambiente. Os autores afirmam ainda que a sustentabilidade será consequência da associação entre movimentos sociais e mudança social, o que levaria à possibilidade de políticas mais efetivas.

Porto-Gonçalves (2004) vai mais além na sua crítica à idéia de desenvolvimento. O autor afirma ser este um instrumento de dominação da natureza, consequente da noção de que desenvolver é afastar-se da natureza e embrenhar-se no que é considerado civilização (a cidade, a indústria). Esta dominação se configura num problema ainda mais sério na medida em que a dominação da natureza passa pela dominação dos homens. Neste sentido, des-envolver torna-se sinônimo de separar, distanciar. É privar do envolvimento, tirar a autonomia e promover o individualismo. É des-envolver homens e mulheres de suas relações originais com o meio e envolvê-los na sociedade capitalista. Para o autor, se faz necessário à humanidade buscar “alternativas ao e não de desenvolvimento”, tendo em vista as consequências trazidas ao longo da experiência desenvolvimentista.

Esta crítica à noção de Desenvolvimento Sustentável é aprofundada por Oliveira e Herrman ao afirmarem que este serve aos interesses do capitalismo financeiro global, servindo como justificativa para a privatização dos estoques de riquezas naturais e para “desregulamentar os

mercados financeiros nacionais, alienando o Estado-Nação de seu papel auto-regulador” (2001, p. 150).

A dificuldade da sociedade atual de enxergar além de sua própria existência se mostra como um dos principais entraves para o que Camargo chama de desenvolvimento sustentável global. Globalidade esta tão criticada por Porto-Gonçalves (2004) ao afirmar que o desenvolvimento globalizou-se de tal forma que tornou a luta contra a desigualdade em luta pela igualdade, de acordo com os modelos dos países do Primeiro Mundo. As sociedades contemporâneas encontram-se diante de uma realidade nunca antes imaginada: a de que existem limites ao crescimento e que ou repensamos o atual modelo de desenvolvimento, ou não teremos como assegurar qualidade de vida para as gerações futuras.

Além da noção de Desenvolvimento Sustentável, utilizaremos nesta pesquisa dois conceitos básicos para a compreensão dos impactos ambientais e das mobilizações populares relativas a Fábrica de Cimento: movimentos sociais e conflitos socioambientais.

Para uma definição do primeiro conceito – movimentos sociais – recorreremos inicialmente à conceituação elaborada por Gohn (2004, p. 251):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

Para a socióloga, os movimentos sociais têm sempre um caráter político inserindo as demandas socioeconômicas, políticas e culturais na esfera pública da luta política. Neste processo, atores individuais atuam como representantes e veículos que transmitem as mensagens e ideologias dos movimentos.

A partir dos anos 70 do século passado, o paradigma em voga nas Ciências Sociais passa a ser o dos Novos Movimentos Sociais, elaborado a partir da crítica à abordagem clássica marxista, defendida por teóricos como: Claus Offe, Alberto Melucci, Laclau, Mouffe e Alain Touraine. Suas principais características seriam: a construção de um modelo teórico baseado na cultura; a negação do marxismo como campo teórico capaz de explicar a ação coletiva da sociedade contemporânea; entendimento dos participantes das ações coletivas como atores sociais; centralidade da política, passando a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais; e, finalmente, a análise dos atores sociais sob os aspectos de suas ações coletivas e da identidade coletiva criada no processo. Porém, a própria categoria do “novo” que nomeia o paradigma é ainda uma questão aberta. Na verdade, o que há de novo é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas.

Burke (2002) distingue dois tipos de movimentos sociais: os que dão origem a um processo de mudança e os que reagem às mudanças já em curso. Burke afirma que o segundo tipo – “reativo” – é o mais comum, principalmente aqueles que protestam contra mudanças sociais ou econômicas que se configurem numa ameaça à sua forma tradicional de vida.

Já Amman considera a noção de movimentos sociais ambígua e imprecisa, já que, embora existam há muitos séculos, só tornaram-se objeto de estudo das ciências sociais recentemente. Diante desta realidade, a autora formula seu próprio conceito, para ela movimento social é: “uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade (AMMAN, 1991, p. 22)”.

No entanto, Castells (1985 apud GOHN, 2004, p. 192-193) afirma que os movimentos sociais não são agentes de transformação da sociedade por possuírem limites políticos e técnicos. São porém, essenciais para uma gestão democrática. Sem eles não há reformas urbanas, pois estas não ocorrem sem pressão. De fato, ao observarmos a dinâmica da sociedade moderna, podemos constatar que as pressões exercidas pela população organizada funcionam como um termômetro da real situação da sociedade, seus anseios e necessidades.

Ainda analisando conceitos que auxiliem na compreensão dos fatos relacionados à Fábrica de Cimento Portland, buscamos o conceito de conflitos socioambientais. A importância da análise deste termo encontra-se na necessidade de enquadrar os embates ocorridos no Bairro América em uma tipologia.

Nascimento (2001, p. 94) parte da definição de George Simmel para conceituar conflitos. Para ele os conflitos:

(...) são meios pelos quais os atores sociais dirimem suas divergências, interesses antagônicos ou pontos de vista conflitantes, possibilitando que a sociedade alcance uma certa unidade. Os conflitos são fatores de coesão social, e não de distúrbio.

Os conflitos são elementos integrantes da sociedade moderna, portanto, para analisá-los, os seguintes aspectos são fundamentais: a natureza do conflito, os atores sociais diversos, o campo específico, o objeto em disputa, a lógica ou dinâmica de evolução, os mediadores e a tipologia.

Com o objetivo de realizar um estudo mais específico, buscamos o conceito de conflitos ambientais. Acselrad (2004, p. 26) assim os define:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Esta definição é bastante completa no sentido de que insere no campo de disputa, de um lado, aqueles que de alguma forma são os causadores dos problemas que geram os conflitos e, de outro, os que por se sentirem prejudicados partem para o enfrentamento.

Buscando um termo que se apresente ainda mais adequado aos objetivos deste trabalho, incorporamos a noção de Conflito Socioambiental que vem reforçar as conceituações expostas anteriormente. Estes podem ser definidos como disputas entre grupos sociais conseqüentes das distintas formas de uso do meio natural. (LITTLE, 2001; ALEXANDRE, 2003). Little (2001, p. 107) define os conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais conseqüentes das distintas formas de uso do meio natural. O autor apresenta então uma tipologia dos conflitos socioambientais, a saber: conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural e, finalmente, conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

Em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, o enquadrámos no segundo tipo de conflito por se tratar de uma situação em que a intervenção humana no meio natural resultou em impactos negativos tanto para o meio ambiente quanto para os seres humanos. Little ainda apresenta três subtipos de impactos negativos: contaminação do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e degradação dos ecossistemas. Dos três, o primeiro e o último são encontrados no caso da Fábrica de Cimento Portland.

A pesquisa será baseada em duas fontes de dados: documental e de campo, esta última através de depoimentos de pessoas que tiveram contato com a fábrica ou com o movimento a ela relacionado.

A pesquisa documental, será realizada na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), com o objetivo de consultar jornais da época dos fatos estudados na pesquisa. Serão analisados documentos da Associação de Amigos e Moradores do Bairro América (AMABA), dentre os quais as publicações que circulavam no bairro, como também, documentação da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), na busca de laudos técnicos e/ou notificações emitidas contra a Fábrica de Cimento.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa documental será uma ficha onde deverão constar os principais dados que servirão para a análise de conteúdo. Esta se dará utilizando os métodos da crítica histórica. Cada documento passará por uma avaliação crítica de seus aspectos internos e externos e submetidos à crítica do texto, de autenticidade e de origem.

Será utilizada na pesquisa de campo a técnica de entrevistas semi-estruturadas com registro de gravação oral. Os depoentes serão moradores do Bairro América à época do funcionamento da fábrica e ex-funcionários da mesma que vivenciaram os fatos em estudo, como também, lideranças comunitárias e religiosas que atuaram no processo de organização da população local.

Thompson (2002) propõe três medidas básicas para a análise dos depoimentos orais, a saber: cada entrevista deve ser apreciada quanto à sua coerência interna; a evidência oral deve ser avaliada, julgada e comparada ao material de outras fontes; a evidência deve ser colocada dentro de um contexto mais amplo, ou seja, a partir das fontes da época.

Este trabalho busca contribuir para o estudo dos movimentos populares de bairro ocorridos em Aracaju através do resgate da memória de um dos fatos de maior relevância da história do Bairro América e para os estudos na área de História Ambiental em Sergipe.

Espera-se com esta pesquisa que, a partir dos seus resultados, possam ser identificados os impactos gerados pela instalação da Fábrica de Cimento Portland no Bairro América, sejam eles positivos (oferta de empregos, desenvolvimentos do bairro) ou negativos (poluição atmosférica, problemas de saúde nos moradores). Espera-se também analisar o papel das principais lideranças que atuaram nas mobilizações populares naquele bairro a partir das falas daqueles que vivenciaram os fatos, seja como participantes do movimento, como moradores/espectadores, ou ainda como funcionário da fábrica.

---

\* Trabalho apresentado no II Encontro de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe.

1. ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Heinrich Böll, 2004, pp. 13-35.
2. ALEXANDRE, Agripa Faria. *Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil: o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina*. Blumenau: Edifurb; Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
3. AMMAM, Safira Bezerra. *Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento*. Cortez: São Paulo, 1991.
4. BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco P. de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. (orgs.). *A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
5. BRITTO, Patrícia Abranches de. *Análise do Desempenho da Indústria de Cimento no Estado de Sergipe (1963 – 1992)*. Aracaju: 1992. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – UFS.
6. BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução de Klauss Bransini e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
7. CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios*. Campinas, SP: Papirus, 2003.
8. COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (organizadores). *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp. 19-46.
9. FERNANDES, Dom Luís. *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
10. GOIS, Antônio Vieira de. Radiografia da Cidade. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, p. 7, 18 jul. 1971.
11. GOMES, Gustavo et. al. *Desenvolvimento Sustentável no Nordeste*. Brasília: IPEA, 1995.
12. GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1997.
13. JACOBI, Pedro. Movimento Ambientalista no Brasil: Representação Social e Complexidade da Articulação de Práticas Coletivas. In: RIBEIRO, Wagner Costa. *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo. Edusp: Imprensa Oficial, 2003.
14. LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. São Paulo: Vozes, 2001.
15. LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Garamond: Rio de Janeiro, 2001, pp. 107-122.
16. LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
17. MELO E SOUZA, R. Representações Discursivas e Visões de Natureza no Pensamento Ambientalista Brasileiro. In: **Revista Tomo**, V (5), 2004.
18. MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
19. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Garamond: Rio de Janeiro, 2001, pp. 85-106.

- 
20. OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de; HERRMANN, Maria Lúcia de Paula. Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (organizadores). *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp. 147-188.
  21. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.
  22. \_\_\_\_\_. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro, Record, 2004
  23. THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2002.
  24. THOMPSON, Paul. *A voz do passado – História oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.